



Sindicato da Carreira de Investigação e Fiscalização Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

(Refª 23 DN SCIF 2015 – 08-07-2015)
COMUNICADO DE IMPRENSA

Segurança não é secretaria

O Sindicato da Carreira de Investigação e Fiscalização do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras – SCIF/SEF tem, ao longo do último ano, feito pública voz da intolerável discriminação feita pela nova Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas. Esta impõe aos inspetores do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras – SEF a equiparação, para efeitos de emprego público, a qualquer outro funcionário da Administração Pública, não lhes atribuindo, como devia, o mesmo estatuto de exceção – adequado à natureza e complexidade das suas funções – que atribuiu a outras duas forças de segurança do Ministério da Administração Interna, a PSP e a GNR.

Apesar deste tratamento desprestigiante e contrário à importância crucial da missão de serviço público de que estão investidos os inspetores do SEF, estes sempre tiveram uma atitude de diálogo e de sentido de Estado para com o Governo. Esbarraram, no entanto, numa total falta de entendimento, sentido de justiça e mero bom senso nos ministérios das Finanças e da Administração Interna. Estes, para além de prosseguirem uma política discriminatória – desprestigiante para o SEF e, por isso, intolerável – estão também a ofender os mais basilares princípios do ordenamento jurídico nacional, tratando de forma diferente órgãos de polícia criminal que prosseguem o mesmo desígnio – segurança interna.

É assim que, num Estado que devia ser de Direito, se faz tábua rasa de diplomas centrais como a Lei da Organização da Investigação Criminal ou os regimes próprios das Forças e Serviços de Segurança.

Um serviço como o SEF – que tem como missão assegurar a livre circulação nas fronteiras internas, manter seguras as fronteiras externas da União Europeia em território português e ser eficaz no combate a todas as formas de tráfico de seres humanos, de imigração ilegal e de criminalidade transnacional – não lhe pode ser imposto um regime de trabalho próprio das tarefas administrativas e burocrático. Isto



**Sindicato da Carreira de Investigação e Fiscalização
Serviço de Estrangeiros e Fronteiras**

apesar de ser serviço civil com formação superior, especializado, tecnologicamente apetrechado, com espírito de cooperação internacional e que desempenha com eficácia reconhecida as complexas funções que lhe são confiadas.

Assim, e porque é do interesse nacional, com graves consequências para a segurança nacional e para o Espaço Schengen, ao desconsiderar o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, equiparando-o a um serviço administrativo comum, a uma secretaria, o Sindicato da Carreira de Investigação e Fiscalização – SCIF/SEF irá iniciar, através de plenários a partir de sexta-feira, dia 10, um movimento de protesto e luta sindical que visa repor a legalidade e justiça no nosso ordenamento jurídico, nomeadamente através do recurso aos tribunais administrativos e, paralelamente, recorrer a todas formas de luta ao seu alcance nomeadamente ações de greve total ou parcial.

Pela Direção Nacional

Acácio Pereira
(Presidente SCIF)